



A COBERTURA DO JORNAL *FOLHA DE SÃO PAULO* NAS MANIFESTAÇÕES DE 15 DE MARÇO E 12 DE ABRIL DE 2015

Ana Maria da Conceição VELOSO*
Fabíola Mendonça de VASCONCELOS**
Laís Cristine Ferreira CARDOSO***

27

RESUMO: Este artigo visa analisar a cobertura realizada pela versão impressa do jornal *Folha de São Paulo* sobre as manifestações de rua ocorridas no Brasil nos dias 15 de março e 12 de abril de 2015. Lideradas pelo Movimento Brasil Livre e Vem Pra Rua, tais atividades tiveram como principais bandeiras o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT). Utilizamos como aporte teórico a Economia Política da Comunicação e as Indústrias Culturais. O artigo faz um estudo de caso descritivo, por meio da análise quantitativa e qualitativa dos espaços que apresentam a linha editorial do jornal: capas, editoriais e colunas políticas. A partir da análise de conteúdo e do arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso, é possível afirmar que a *Folha de São Paulo* contribuiu para estimular as manifestações.

PALAVRAS-CHAVES: *Impeachment*. Dilma Rousseff. *Folha de São Paulo*. Jornalismo Impresso. Manifestações.

THE COVERAGE OF THE JOURNAL *FOLHA DE SÃO PAULO* IN THE MANIFESTATIONS OF MARCH 15 AND 12 APRIL 2015

ABSTRACT: This paper aims to analyze *Folha de S. Paulo*'s coverage on the righthwing protests that happened across Brazil on March 15th and April 12th, 2015. Led by Vem Pra Rua (Take to the Streets) and Movimento Brasil Livre (Free Brazil Movement), these protests demanded the *impeachment* of President Dilma Rousseff (PT, Workers party). Using the Political Economy of Communication and Cultural Industries - from the perspective of authors such as Mosco (1996), Wasko (2006), Fadul; Rebouças (2005) and Moraes (2008) - as theoretical reference, this paper presents a descriptive case study and the theoretical-methodological framework of Discourse Analysis, through the quantitative and qualitative analysis of the sections that present the editorial line of the newspaper: covers, editorials and political columns. The analysis leads to the conclusion that *Folha de S. Paulo* contributed to stimulate.

KEYWORDS: *Impeachment*. Dilma Rousseff. *Folha de São Paulo*. Printed journalism. Protests.

* Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Departamento de Comunicação da UFPE e pesquisadora do Observatório de Mídia: *Gênero, Democracia e Direitos Humanos* da UFPE. E-mail: anavelosoufpe@gmail.com.

** Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e assessora de comunicação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep). E-mail: fabiolamendonca@gmail.com

*** Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: lais.ferreira@gmail.com

Introdução

No dia 17 de abril, os holofotes do mundo todo se voltaram para o Brasil, quando a Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente da República, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), legenda que estava no poder desde 2003. Dos 513 deputados federais, 367 votaram pelo afastamento da presidente, enquanto 137 desejavam a permanência dela no cargo. Houve ainda sete abstenções e duas ausências. Mais que o resultado da votação, o que chamou atenção foi a desenvoltura dos parlamentares ao declarar voto: a grande maioria não fez referência ao relatório do deputado Jovair Arantes (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB-GO), o qual acusa a presidente de ter cometido crime de responsabilidade. Muitos dos favoráveis ao *impeachment* dedicaram o voto a familiares, a Deus, aos militares, e até ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, homenageado pelo deputado Jair Bolsonaro, do Partido Socialista Cristão (PSC-RJ). Ex-chefe do Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, Ustra é acusado de ser um dos torturadores da presidente que estava sendo julgada, durante o regime militar.

Menos de um mês após a votação na Câmara dos Deputados, o Senado brasileiro ratificou, no dia

12 de maio, a decisão dos deputados federais e aprovou o afastamento de Dilma Rousseff por 180 dias até a finalização do processo. Dos 81 senadores, 55 disseram sim ao *impeachment* e 22 votaram não. Um senador não votou e outros dois faltaram à sessão. Assim como aconteceu na Câmara dos Deputados, poucos foram os parlamentares que vincularam seu voto à acusação de crime de responsabilidade e às chamadas pedaladas fiscais, mecanismo utilizado pelo governo para cumprir metas fiscais e um dos motivos pelos quais se iniciou o processo de impedimento de a presidente continuar no cargo.

Processo este que foi finalizado com a decisão pelo afastamento definitivo da presidente, em agosto de 2016. Embora a votação no Congresso Brasileiro tenha se dado entre os meses de abril e agosto de 2016, a mobilização para afastar a presidente Dilma Rousseff do cargo ganhou força a partir da sua reeleição, em 2014: como resultado de um contexto político conturbado e pela acirrada disputa entre a candidata petista e o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, que culminou em uma divisão, ao menos simbólica, do país. Um protesto ocorrido em São Paulo ainda naquele ano pedia o *impeachment* da presidente e intervenção militar no Brasil. Entretanto, Jessé Souza (2016) vai mais além: sentencia que a conspiração para tirar o PT do

poder teve início com as denúncias envolvendo políticos petistas em um forte esquema de corrupção, em 2005, conhecido como o escândalo do mensalão.

Assim como no caso do suicídio de Getúlio e do golpe articulado contra Jango em 1964, uma ampla e profunda campanha de desinformação, distorção e manipulação do tema da “corrupção seletiva” acompanhou a tentativa de destituir o PT do poder já em 2006. O Mensalão de 2005 foi um ensaio geral para o que aconteceria anos depois na Lava Jato e no processo de impedimento da presidenta Dilma (SOUZA, 2016, p. 48-49).

Um outro ponto importante no contexto político associado ao *impeachment* de Dilma é a constituição do Congresso Nacional: na mesma eleição em 2014, os brasileiros escolheram a nova legislatura dos 513 deputados federais – para um mandato de quatro anos - e de um terço dos 81 senadores – para um mandato de oito anos. O resultado para os cargos legislativos assustou os especialistas, que classificaram a nova legislatura como a mais conservadora e reacionária dos últimos 50 anos.

O Congresso eleito em 2014, renovado em 46,59% na Câmara e em 81,48% em relação às vagas em disputa no Senado, é pulverizado partidariamente, liberal economicamente, conservador socialmente, atrasado do ponto de vista dos direitos humanos e temerário em questões ambientais (DIAP, 2014, p. 13).

A análise é do Departamento Intersindical de Assessoria

Parlamentar (DIAP), que acompanha o dia a dia do Congresso Nacional e, a cada eleição, produz um dossiê completo sobre o perfil da Câmara e do Senado. Eis abaixo a definição do DIAP sobre as duas casas legislativas brasileiras eleitas em 2014 e que continuarão até dezembro de 2018:

Do ponto de vista econômico, o novo Congresso é mais liberal que o atual. Houve uma transferência da ordem de 60 parlamentares dos partidos de esquerda, centro-esquerda e centro, que reconheciam e defendiam um papel proativo do Estado na economia, para partidos de perfil mais liberal, além da eleição de liberais em substituição a parlamentares progressistas em partidos de centro. Perderam os que defendiam a presença do Estado na economia, inclusive como forma de evitar especulação ou abusos de preços, via concorrência, como é o caso dos bancos públicos, e ganharam os que entendem que o mercado é perfeito e que o Estado não deve atuar na atividade econômica, nem como regulador, nem como produtor e fornecedor de bens ou serviços. O conservadorismo, do ponto de vista social, se expressa em três dimensões. Na redução da bancada sindical, no aumento da bancada empresarial e na resistência aos programas sociais, como as políticas afirmativas de cotas e o programa Bolsa Família (DIAP, 2014, p. 14-15).

Necessário se faz esse relato introdutório sobre o perfil do Congresso Nacional, por ter sido a Câmara e o Senado palcos do *impeachment*, tendo como principal ator o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB-RJ), o qual - após comandar a votação do processo de

admissibilidade do impedimento de Dilma Rousseff - foi afastado do cargo, em maio de 2016, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), acusado de crime de corrupção, lavagem de dinheiro, omissão de bens e de mentir à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, na Câmara dos Deputados. Em setembro do mesmo ano, o político teve seu mandato cassado e, em outubro, foi preso pela Polícia Federal. A vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2014 deu início a uma reação nos setores descontentes, que só arrefeceram com o afastamento da petista. Repetidas manifestações de rua e uma campanha maciça da elite econômica e dos meios de comunicação convocaram a população a participar dos atos contra o governo, como defende Jessé Souza (2016, p. 123):

De dezembro de 2014 até abril de 2016 a população viveu um bombardeio sem trégua. O aparelho jurídico-policial, com claras cores partidárias, como vimos, fornecia material ilegal em massa aos órgãos de imprensa, TV Globo à frente, que articulava, selecionava, manipulava e incendiava seu público com os jogos de dramatização e demonização do inimigo aprendido nas telenovelas. Os protestos de rua pipocavam em todo o país, com epicentro na capital paulista. Protestos maciços em março, abril e agosto de 2015 se realizaram em mais de duzentas cidades do país. A combinação de vazamentos seletivos ilegais e dramatização midiática com os protestos de rua se revelaram esmagadores.

Entre a posse de Dilma, em janeiro de 2015, e a votação no Senado que afastou a petista por 180 dias do cargo, em maio de 2016, foram realizadas cinco grandes mobilizações convocadas por esses setores, sendo três em 2015 e duas em 2016, sempre aos domingos. As de 2015 ocorreram em 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto. As de 2016 foram realizadas dia 13 de março e 17 de abril, dia da votação do *impeachment* no plenário da Câmara dos Deputados.

A pesquisadora Cleide Aves (2016) analisou a atuação da mídia em três momentos históricos brasileiros que resultaram no afastamento dos presidentes da República: 1964 – com o golpe civil-militar, o presidente João Goulart foi deposto; 1992 – o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, depois de uma CPI que apurou um forte esquema de corrupção envolvendo o presidente; e 2016 - o processo do afastamento de Dilma Rousseff. Vejamos o que diz a pesquisadora:

A atuação da imprensa em 2016 em nada lembra a de 1992. Diferentemente, há vários elementos que a aproxima da de 1964. O contexto internacional mudou. Não há mais o fantasma do comunismo da Guerra Fria. A disputa ideológica agora acontece nas Américas, com os governos esquerdistas e populistas na Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina, este até a posse do novo presidente em dezembro. Daí surgiram os novos “perigos” a assombrar os setores conservadores da sociedade brasileira. Trocam-se as palavras comunismo e totalitarismo de 64 e por lulopetismo e bolivarianismo. Formou-se, assim, o novo quadro ideológico que novamente uniu

jornais, empresários, parte da população e políticos contra esta ameaça moderna representada no governo de Dilma Rousseff. [...] Concluí, depois dessa longa pesquisa, que os jornais só estiveram “descaradamente editorializados” como agora em 1964 e que, felizmente não é mais possível se enganar com a falsa objetividade, há muito perdida “na guerra de propaganda em que se converteu a mídia” (ALVES, 2016, s.p).

A análise de Cleide Alves faz despertar a necessidade de observar o comportamento da imprensa brasileira no tocante à cobertura das manifestações de rua que ensejaram o *impeachment* de Dilma Rousseff. É isso que pretende fazer este trabalho, que se dispõe a analisar como a versão impressa da *Folha de São Paulo* noticiou as primeiras manifestações, realizadas nos dias 15 de março e 12 de abril de 2015. O recorte do *corpus* faz-se necessário diante da proposta do artigo, o que não inviabiliza a complementação do mesmo em trabalhos futuros sobre os protestos de agosto de 2015 e os ocorridos em 2016.

1 Um olhar sobre a cobertura da *Folha*

O objeto de estudo deste artigo é a versão impressa da *Folha de São Paulo*, maior jornal do país, com base na análise dos editoriais, colunas de política e chamadas das primeiras páginas, espaços privilegiados para a expressão da linha editorial do veículo. Fundado em 1921 - na época foi denominado

Folha da Noite -, o periódico aqui analisado tem como público majoritário a classe dominante e suas frações: 41% fazem parte da classe A, três quartos fizeram faculdade e 24% também possui pós-graduação, segundo dados do próprio jornal¹, divulgados em 16 de outubro de 2011, e que se referem ao público do periódico em diversas plataformas. Emerge, então, um importante objeto de análise, uma vez que os meios de comunicação, pela sua centralidade no mundo moderno e penetração em diversas esferas sociais, são também responsáveis pela disseminação dos valores dos seus grupos controladores para seus públicos. E os discursos midiáticos, certamente, são fortes reprodutores de sentidos e ideologias circulantes em uma sociedade.

Nesse sentido, para tentar deslindar o objeto, optamos pela realização de um estudo de caso descritivo, que nos levou a apreciar tal questão quando analisamos criticamente os dados coletados. De acordo com Robert Stake (2000), a investigação deve considerar: a natureza do caso; o histórico do caso; o contexto (físico, econômico, político, estético etc.); outros casos pelos quais é reconhecido; os informantes pelos quais pode ser conhecido. Todas essas características têm forte relação com a natureza da observação empreendida neste artigo, diante da alta quantidade de material analisado (*corpus* composto por 28

editoriais, 28 colunas políticas e 14 capas de jornal). Pelo posicionamento dos editoriais, chamadas de capa e colunas foi possível perceber que as opiniões de quem controla o veículo perpassam os conteúdos, com ampla predominância do discurso dos opositoristas ao governo Dilma Rousseff estampado em todos os espaços do jornal.

Foi fundamental, ainda, o empreendimento de uma análise essencialmente qualitativa, tendo em vista que a mesma avalia o conteúdo nem sempre imediatamente percebido e o “sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina” (HERSCOVITZ, 2010, p.127). Sendo assim, faz-se uso da Análise de Conteúdo (AC), que se apresenta como método eficaz para a análise do *corpus* desse estudo, uma vez que a mesma objetiva, segundo Antonio Chizzotti, “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98). De maneira descritiva, Heloiza Golbspan Herscovitz (2010) define a análise de conteúdo jornalística como:

[...] método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo

de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2010, p. 126-127).

Apesar de suas primeiras definições enfatizarem uma dimensão quantitativa, herdada do positivismo (HERSCOVITZ, 2010), a AC atingiu novas possibilidades com a incorporação de uma exploração qualitativa de mensagens e informações, sobretudo com a diversificação das pesquisas científicas. A integração de um viés qualitativo vai de encontro à ideia de que a AC é uma técnica de pesquisa para descrição objetiva, sistemática e apenas quantitativa do material analisado. Nessa perspectiva, Martin Bauer (2003) aponta que a análise de texto “faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (BAUER, 2003, p. 190).

Também foi preciso desvelar os discursos submersos nos textos selecionados, com o recurso ao aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD), no sentido de que “Uma das grandes contribuições da análise do discurso para o estudo de texto é articular o linguístico ao sócio-histórico, este entendido como exterior constitutivo daquele. Isso significa que a

exterioridade se inscreve no próprio texto e não como algo que está fora e se reflete nele [...]” (GREGOLIN; BARONAS, 2001, p. 109). Até porque:

[...] para constituir-se, a AD inscreve-se em um campo epistemológico interdisciplinar, o que faz com que sua relação com estes campos de conhecimento seja sempre crítica: do Marxismo, interessa-lhe saber como se dá o encontro do ideológico com o linguístico; da Linguística, procura descrever os funcionamentos responsáveis pela produção de efeitos de sentido, considerando a língua como processo; na enunciação, vai procurar o sujeito, mas interessa-se por um sujeito dotado de simbólico e de imaginário, cujo discurso mostra as condições de sua produção (INDURSKY, 1997, p. 30).

Tal método permite conduzir a observação dos sentidos das palavras e como elas foram rearranjadas no enunciado, levando em consideração as formas possíveis de olhares sobre o discurso. Pois, “Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” (ORLANDI, 2003, p. 15).

2 A Economia Política da Comunicação, as Indústrias Culturais e a mídia

Como uma das estruturas responsáveis pela transmissão e produção e reprodução de subjetividades, a mídia não pode ser enxergada como simples aparato

tecnológico, uma vez que assume funções sociais no mundo moderno. Bernard Miège (2000) diz que a esfera da comunicação funciona como um lubrificante geral das relações sociais de produção, de consumo e de intercâmbio cultural. Sendo assim, as dimensões econômicas, simbólicas e materiais que permeiam as relações sociais com as indústrias culturais devem ser aprofundadas de forma integrada.

A Economia Política da Comunicação deriva da Economia Política. Um dos estudiosos mais citados é Mosco (1996), que define economia política como “o estudo das relações sociais, particularmente das relações de poder, que constituem mutuamente a produção, a distribuição e o consumo de recursos” (MOSCO, 1996, p. 25). Janeth Wasko (2006) resume a preocupação dos economistas políticos ao afirmar que esses estudiosos documentam e analisam as relações de poder, as classes sociais e outras desigualdades estruturais: “Os economistas políticos críticos analisam as contradições e sugerem estratégias de resistência e de intervenção. [...] Incluem uma análise política e econômica, com métodos específicos da história, da economia, da sociologia e da ciência política” (WASKO, 2006, p. 32).

Segundo César Bolaño (2000), os pesquisadores da linha mais crítica da Economia Política da Comunicação analisam os papéis

desempenhados pelos meios de comunicação no processo de acumulação de capital, priorizando a questão da publicidade e a função dos meios de comunicação de massa na acumulação do capital no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Para Marcos Dantas, “o capital-informação tende a dividir os homens e mulheres em ricos e pobres em informação, em aqueles que geram valor-informação para o capital e aqueles excluídos do processo de geração, registro, comunicação e consumo de informação-valor” (DANTAS, 2002, p.198).

Na verdade, a discussão também gira em torno do controle crescente das grandes corporações midiáticas sobre o fluxo de informações no mundo. Nesse sentido, a Economia Política compreende:

[...] o estudo que examina as relações de poder envolvidas na produção, distribuição e consumo dos *media* e recursos de comunicação num contexto social mais alargado. A Economia Política da Comunicação privilegia, ainda, questões relacionadas com o poder das classes, mas não com a exclusão de outras relações, e realça a natureza complexa e contraditória de tais relações. A Economia Política da Comunicação desafia, principalmente, o desenvolvimento dos *media* e da comunicação, que debilita o desenvolvimento de sociedades equitativas e democráticas (WASKO, 2006, p. 53).

A partir daí, é evidente a tentativa de criar uma disciplina autônoma que percebe a comunicação e a cultura não apenas

sob o ponto de vista econômico, mas social. Essa múltipla compreensão é amplificada nas pesquisas sobre as indústrias culturais, no plural, denominação que remonta do final da década de 1970. O termo é percebido como uma ampliação do conceito *frankfurtiniano* em um campo diverso, um “conjunto de ramos, segmentos e atividades auxiliares industriais e distribuidoras de mercadorias com conteúdos simbólicos, concebidas por um trabalho criativo, organizadas por um capital que se valoriza, e destinadas finalmente aos mercados de consumo, com uma função de reprodução ideológica e social” (ZALLO, 1988, p. 26).

A refuncionalização do conceito não recusa inspiração no que Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) defenderam, ainda nos anos de 1940, quando vislumbraram a utilização do termo “indústria cultural” em lugar do conceito já consagrado “cultura de massa”. Anamaria Fadul e Edgard Rebouças (2005) afirmam que, enquanto o conceito da Escola de Frankfurt de indústria cultural teve base ético-filosófica, o de indústrias culturais nasceu a partir de estudos de cunho socioeconômicos, focados nas relações assimétricas de poder político, tecnológico e econômico que norteavam a distribuição de informações pelos países detentores do capital para as demais nações desprovidas de tais recursos, classificadas como “em

desenvolvimento” (UNESCO, 1982, p. 238).

Bourdieu (1997) destaca a influência que os mecanismos do campo jornalístico - que recebem pressões do mercado: leitores e anunciantes - exercem sobre os jornalistas e os diferentes campos de produção cultural, jurídica, literária, artística e científica. Para o pesquisador, o campo do jornalismo influencia diretamente os demais campos, afetando “o que aí se faz e o que aí se produz” (BOURDIEU, 1997, p. 101). Essa análise, no entanto, não é estanque, já que o próprio autor afirma que esse discurso midiático concentra-se em alguns indivíduos, os quais têm a “capacidade de produção do discurso sobre o mundo social e, por conseguinte, [...] de ação *consciente* sobre esse mundo” (BOURDIEU, 2013, p. 371). Para o pesquisador, a construção da opinião pública nas várias classes perpassa pelo campo cultural e pelo campo político e o discurso ganha o *status* de opinião legítima. Nesse sentido, os jornais semanários e, sobretudo, jornais de opinião são confiáveis fontes de informação política para as classes mais abastadas, em detrimento do uso do rádio e da televisão, meios mais massivos.

A *Folha de São Paulo* se enquadra na categoria de jornais de opinião, fonte de credibilidade na informação política. Além disso, o veículo goza de considerável penetração, uma vez que, de acordo com dados do Instituto Verificador

de Comunicação (IVC), a *Folha*, líder entre os jornais do País, teve uma circulação média de 361.231 exemplares nos quatro primeiros meses do ano de 2015, o que configura uma alta de 6,4% na comparação com 2014.

Apesar das reflexões expostas, reconhecemos que nem todas as expressões das indústrias culturais operam deliberadamente pela ocultação ou manipulação das informações. Isso porque, “como mediadoras auto-assumidas dos desejos, as corporações midiáticas não podem ignorar completamente sinalizações do cotidiano, alternâncias, sentimentos e tendências do consumo” (MORAES, 2008, p. 24). Não é apenas o discurso do jornal que vai formar a opinião política do leitor, que pode ignorá-la ou incorporá-la. Adotar a concepção conspiratória seria desconhecer as exigências das audiências e as culturas de oposição que trafegam nessa pista. Portanto, não podemos correr o risco de minimizar o papel decisivo que o uso social que uma parcela da população brasileira tem conseguido empreender das redes sociais, *blogs* e demais meios virtuais de compartilhamento de informações.

3 A linha editorial da versão impressa da *Folha de São Paulo* e as manifestações

3.1 As capas

Quando analisamos as 14 capas da *Folha de São Paulo* das edições impressas que correspondem às semanas das manifestações de março e de abril, observamos que o jornal dedicou chamadas sobre os eventos em todas elas. Na edição do dia 12 de março, há uma chamada para o artigo assinado pelo articulista Rogério Gentile, cujo título é “Falta bom senso entre governistas e opositoristas”. O autor critica a onda de protestos no país, chamando atenção para o risco de o Brasil reviver “cenas piores que a de junho de 2013”. No dia 13 de março, data de uma manifestação coordenada pelos movimentos sociais em defesa da democracia e dos direitos trabalhistas – e contra as manifestações do dia 15 -, a capa da *Folha* traz a chamada “Planalto teme confronto entre manifestantes nos atos de hoje”, colocando a preocupação do governo de haver um conflito entre os grupos que apoiavam a gestão petista e os pediam a saída da presidente.

No dia exato da primeira manifestação, 15 de março, a capa da *Folha* traz uma grande foto de integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) colando cartazes anti-Dilma no centro de São Paulo. Nas laterais da foto, duas colunas: a do lado direito, parte nobre da página,

sobre um box na cor azul, chamadas para as matérias internas que tratam dos protestos contra o governo; no lado esquerdo, coluna menos visualizada, um box vermelho com chamadas que fazem referência ao bloco que defende Dilma: uma delas traz, no título, sentido negativo para a presidente: “Para 63% do ato de sexta, ‘Dilma sabia’ ” – com informações sobre uma pesquisa do Instituto DataFolha, feita no dia do protesto, 13 de março, que mostra que 6 em cada 10 manifestantes disseram que Dilma tinha conhecimento da corrupção na Petrobras. O uso das cores vermelho e azul, para além de destacar as informações, possibilita múltiplas interpretações, sendo a primeira a cor do PT, partido da situação; a segunda, a do PSDB, partido da oposição, provocando ideia de contraposição e bipartidarização.

O desdobramento do protesto do dia 15 se estendeu nos dias 16, 17 e 18 de março, período correspondente ao recorte desse estudo. Na capa da terça-feira, dia 17, a manchete se refere a um apelo do governo federal: “Após protestos, Dilma pede trégua para aprovar ajustes”. O texto que acompanha o título mostra o *mea culpa* de Dilma na condução da economia. A utilização do termo *trégua* reforça a ideia de uma disputa entre dois grupos, destacando a divisão do país em pró-Dilma e pró-*impeachment*. Ainda sobre o clima de protesto, a *Folha* traz na capa uma ilustração,

logo abaixo do texto da manchete, com uma pesquisa do DataFolha sobre as duas manifestações, a de sexta (13) e a de domingo (15). De um lado, um personagem com a faixa “contra as reformas trabalhistas”. Do outro, a favor do “*impeachment*”: ou seja, os dois personagens aparecem contra o governo Dilma.

Os protestos do dia 12 de abril tiveram uma dimensão menor de público do que os de março, entretanto a cobertura midiática revelou o mesmo tratamento das manifestações do mês anterior. Na edição do dia 10, algumas chamadas de capa recaíram de forma negativa para a gestão petista, como “Manifestantes anti-governo são órfãos de partido”, sobre um texto assinado pelo articulista Reinaldo Azevedo. No dia 12, data exata dos protestos, o jornal apresenta como manchete uma pesquisa do DataFolha que mostra a popularidade do governo Dilma: “Reprovação a Dilma estaciona; a maioria aprova o *impeachment*”. A manchete ocupa cinco das seis colunas – na horizontal – da parte superior da capa. O texto que acompanha a chamada diz que “A presidente Dilma Rousseff enfrenta hoje (12) novas manifestações antigoverno pelo país com seis de cada dez brasileiros reprovando a sua gestão. A mesma proporção defende a abertura de um processo de *impeachment* contra a petista”. Considerando que a pauta prioritária do movimento é a

deposição da presidente, a divulgação de uma pesquisa que mostra o apoio de 60% da população ao ato tende a estimular ainda mais o tom dos protestos.

No dia seguinte às manifestações, 13 de abril, uma das chamadas de capa faz referência à análise de Igor Gielow intitulada “Alívio da crise do governo ainda está muito longe”, e defende a tese de que, apesar de o protesto de abril ter um número menor de pessoas nas ruas, a crise política continua. Isso pode significar a tendência do jornal em permanecer a discussão acerca do governo Dilma, conferindo-lhe caráter negativo, mesmo com a diminuição do número de manifestantes nas ruas.

3.2 A opinião na editoria Poder

O caderno de política da *Folha de São Paulo*, denominado editoria Poder, conta com uma coluna de opinião fixa, intitulada *Painel*, assinada diariamente por Vera Magalhães, e com artigos de opinião de articulistas específicos que assinam semanalmente tais textos. Nas duas semanas analisadas por essa pesquisa, quase que diariamente a *Coluna Painel* e/ou o artigo opinativo fizeram referência aos protestos anti-Dilma. No dia 13 de março – data das manifestações dos movimentos sociais - o artigo assinado por Reinaldo Azevedo com o título “O domingo e a agonia do PT” mostra um partido decadente e acanhado

frente aos protestos anti-Dilma: “O partido está em pânico porque o poder demiúrgico está sendo destruído por indivíduos de verdade” (AZEVEDO, 2015b, s.p), dizia o subtítulo do artigo. No decorrer do texto, o autor aponta os movimentos sociais como correia de transmissão do partido e diz que o segmento foi enganado pelos líderes do PT: “Os supostos porta-vozes desse ente anunciam verdades em nome da ‘maioria’. (...) a gesta redentora é só discurso do cinismo, mas mobiliza os trouxas e incendeia o imaginário dos inocentes” (AZEVEDO, 2015b, s.p.)

As fortes palavras utilizadas por Reinaldo Azevedo sinalizam para o que Luiz Fernando Viana, em artigo publicado no dia 13 de abril na própria *Folha*, chama de crítica guiada “pelo fígado (ódio ao PT)”, convergindo com as reflexões de Jessé Souza (2009) sobre a forma como a imprensa brasileira contribui para a divisão de classes:

Essa é a nossa verdadeira “luta de classes” intestina, cotidiana, invisível e silenciosa, que só ganha as manchetes sob a forma “novelizada” da violência transformada em espetáculo e alimentada pelos interesses comerciais da imprensa. Como a antiga e anacrônica visão marxista da luta de classes tinha imagens da esfera pública e da revolução política, deixamos de ver a “luta de classes”, cotidiana, mais invisível e menos barulhenta, mas não menos insidiosa, que se reproduz sem que ninguém se dê conta, tanto para os algozes quanto, muito especialmente, para suas próprias vítimas (SOUZA, 2009, p. 24).

No dia 14 de março, o artigo de Demétrio Magnoli compara a manifestação do dia 13 com a que iria acontecer no próximo domingo 15 e diz que “O protesto, quase inaudível, contra as medidas trabalhistas e previdenciárias do Planalto foi apenas uma oferenda prestada pelas três organizações semiestatais ao título de ‘movimentos sociais’ que ainda lhes confere vestígios de legitimidade.” O articulista se refere ao Movimento dos Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e União Nacional dos Estudantes (UNE) e diz que os movimentos sociais são financiados pelo Estado. Na edição do dia 9 de abril, Vera Magalhães dedicou a maior parte da *Coluna Painel* para tratar das manifestações previstas para acontecer no dia 15 e sugerir um enfraquecimento do governo Dilma. Com o título “O risco da renúncia de fato”, o comentário da coluna dizia que “As condições para o *impeachment* não estão configuradas, mas a presidente renuncia um pouco a cada dia a suas atribuições e prerrogativas” (MAGALHÃES, 2015, s.p.).

Assim como fez na sexta-feira que antecedeu os protestos de março, na sexta 10 de abril, o artigo de Reinaldo Azevedo, intitulado “Trabalhadores sem partido, unívus!”, trouxe duras críticas ao governo Dilma e aos movimentos sociais, diminuindo a importância do posicionamento desses últimos, e valorizou o caráter suprapartidário

dos grupos que queriam o *impeachment* da presidente.

Mesmo liderando uma máquina ainda poderosa e organizada, CUT e PT protagonizaram um vexame na terça passada. Nem os companheiros compareceram ao enterro da última quimera de Luiz Inácio Lula da Silva. Quem apostaria, até outro dia, que a prontidão de mulheres e homens comuns, sem o abrigo de bandeiras, superaria a da militância organizada? Mas hoje é assim. [...] algo de efetivamente novo está em curso no país (AZEVEDO, 2015a, s.p.).

No domingo da manifestação, dia 12, Élio Gaspari utiliza seu artigo para criticar o governo pela indicação de Michel Temer (PMDB) para articulação política, diz que a presidente mentiu e questiona a credibilidade do PT: o “[...] PT é cada vez mais acessório no governo’. Qual PT? O da Papuda e de João Vaccari ou o de Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes? A referência a fundadores mortos deve-se à falta de exemplos seguros entre os vivos que estão sem bússola” (2015b, s.p.). E usou a mesma linha quando se referiu a João Pedro Stedile, líder do MST: “Para o bem, a perda de influência do PT significa estancar a produção de maluquices a que ele se entregou. Coisas como plebiscitos, Constituinte exclusiva, voto de lista ou mesmo a convocação do ‘exército’ de João Pedro Stedile (com quentinha ou sem quentinha?)”. No livro *A Ralé Brasileira – quem é e como vive*, Jessé Souza (2009) coloca

que o discurso da mídia contribui para a

Continuação da reprodução de uma sociedade que ‘naturaliza’ a desigualdade e aceita produzir ‘ente’ de um lado e ‘subgente’ de outro. Isso não é culpa apenas de governos. São os consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos, que elegem os temas dignos de debate na esfera pública, assim como elegem a forma de (não) compreendê-los (SOUZA, 2009, p. 24).

Embora esteja fora do *corpus* dessa análise, é interessante destacar o artigo semanal do senador Aécio Neves – à época presidente nacional do PSDB, partido opositor ao governo Dilma. Toda segunda-feira, o tucano publicava – até maio de 2017 – um artigo no caderno de *Opinião da Folha de São Paulo*. No dia 13 de abril de 2015, Aécio, que está sendo investigado pela Polícia Federal em várias denúncias de corrupção, traz em seu texto uma avaliação dos 100 dias do segundo mandato da petista:

A ruína é ética, econômica, política. O PT conseguiu [...] o que parecia impossível: quase destruiu a nossa maior empresa, protagonizou os maiores escândalos de malversação dos recursos públicos da história do país, desorganizou todo o sistema elétrico, promoveu a desindustrialização e postergou um programa mínimo de investimentos na infraestrutura. [...] Ao abrir mão de gerir as duas áreas sobre as quais se fundamentam todas as decisões da administração, o que se constata é que a presidente mantém o cargo, mas renunciou ao governo (NEVES, 2015, s.p.).

3.3A visão dos donos da Folha nos editoriais

A linha editorial de qualquer veículo de comunicação delimita o tratamento que ele pretende conferir às informações. Trata-se do espaço mais adequado para o jornal expressar sua opinião. A *Folha de São Paulo*, no seu Manual da Redação (2008), aponta que seu editorial deve ser “ao mesmo tempo enfático e equilibrado, [...] apresentar com concisão a questão que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela folha” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008, p. 64). Essa característica pode ser percebida na análise de 14 edições do jornal. Diariamente, a *Folha* traz dois editoriais sobre assuntos distintos, e é quase uma rotina que, no período analisado, um deles seja para tratar de algum assunto ligado ao governo federal, como corrupção, desemprego, ajuste fiscal e até as manifestações anti-Dilma.

Um editorial publicado na edição de 15 de março, cujo título é “Cedo ou tarde demais”, considera o caráter democrático dos protestos, porém afirma que “não existem, por ora, razões para *impeachment*”. Em abril, no dia 14, a *Folha* coloca mais explicitamente o que pensa das manifestações, como mostra o trecho abaixo:

Para usar dois termos em voga, a questão terá sido de “timing” e de “foco”. A menor adesão às manifestações de domingo (12), comparada ao vasto protesto realizado em 15 de março, não reflete um diagnóstico mais benigno a respeito do governo Dilma Rousseff (PT) por parte da população. [...] Pesquisa Datafolha mostrava que 60% dos brasileiros reprovam a gestão da presidente, enquanto somente 13% a consideram ótima ou boa. [...] O ‘Fora, Dilma’ pode ser entendido como um desabafo antipetista. Traduzido, em termos institucionalmente graves, no lema do *impeachment*, encontra apoio em 63% da população. (...) A pressão das ruas continua, e é bom que seja assim. A pressão das ruas se alivia, e não é ruim que isso aconteça. Oposição não é histeria, e justiça não é tumulto (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/04/15, s.p.).

Observa-se que, embora trate de temas negativos ao governo em questão - inclusive assuntos relacionados ao *impeachment* -, os editoriais da *Folha de São Paulo* não estimulam explicitamente a saída de Dilma Rousseff do cargo. Todavia, considerando a influência do jornal na opinião pública, as críticas à gestão petista talvez possam ter contribuído com o movimento de massa que levou ao afastamento definitivo da presidente.

Considerações Finais

Ao analisar a cobertura da Folha de São Paulo acerca das manifestações de rua no Brasil que pediam o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, este estudo buscou mostrar o tratamento que esses eventos receberam do maior jornal do país, como uma pequena mostra do perfil ideológico

da mídia hegemônica brasileira. Para tanto, se debruçou nos referenciais teóricos da Economia Política da Comunicação e das Indústrias Culturais para verificar se o jornal contribuiu para estimular os protestos. Os períodos analisados foram de 12 a 18 de março e de 9 a 15 de abril de 2015, as duas semanas em que foram realizadas as manifestações. Dentro desse *corpus*, o estudo buscou identificar a linha editorial da *Folha* com base na observação das capas, das colunas opinativas da *Editoria Poder* (Política) e dos editoriais do referido jornal.

A partir desse olhar, identificou-se que os espaços dedicados, a rigor, à opinião da *Folha*, seus editoriais, não foi utilizado para discorrer sobre as manifestações anti-Dilma, apesar de alguns deles fazerem duras críticas ao governo e ao PT, sem relacioná-las diretamente aos protestos. Diferentemente do perfil dos editoriais, os espaços opinativos da editoria *Poder* sinalizam, em muitos casos, para uma apologia aos protestos, aos ataques ao governo e ao PT, sobretudo na coluna *Painel*, assinada por Vera Magalhães, e nos textos dos articulistas Reinaldo Azevedo e Élio Gaspari.

Quanto às capas impressas da *Folha de São Paulo*, observou-se que tanto as manchetes principais como as chamadas menores quase sempre posicionadas nos espaços mais nobres da primeira página – parte superior, colunas mais à

direita – não só valorizam as manifestações anti-Dilma como subsidiam os discursos dos grupos que organizam os eventos. Dessa forma, talvez seja possível inferir que a *Folha de São Paulo* – menos pelos editoriais e mais pelas capas e opiniões políticas – contribuiu para estimular as manifestações contra o governo do PT.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, [1947(1985)].

ALVES, C. *Jornais apoiam impeachment de Dilma?* 2016. Disponível em: <<https://medium.com/@Cileidealves/jornais-apoiam-o-impeachment-de-dilma-500dbae50e6>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

AZEVEDO, R. *Trabalhadores sem partido, uni-vos!*. 2015a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215350-trabalhadores-sem-partido-uni-vos.shtml>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

AZEVEDO, R. *O domingo e a agonia do PT*. 2015b. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/211691-o-domingo-e-a-agonia-do-pt.shtml>> Acesso em: 20 out. 2015.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER,

M; GASKELL, G. (Eds). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed. Ptrópolis: Vozes, 2003. p. 189-217

BOLAÑO, C. *Indústria cultural: informação e capitalismo*. São Paulo: Polis, 2000.

BOURDIEU, P. *Sobre Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2013.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DANTAS, M. *A lógica do capital informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DIAP. *Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2015-2016*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/viewcategory/41>> Acesso em: 19 nov. 2016.

FADUL, A.; REBOUÇAS, E. Por uma perspectiva metodológica para os estudos dos sistemas e grupos de mídia: o caso do Nordeste brasileiro como referência. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da

Comunicação. Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom. CD-ROM, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual de Redação*. São Paulo: Publifolha, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Leitor da Folha é ultraqualificado*. 16 out. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineleitor/2011/10/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 09 out 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *De março a abril*. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/215851-de-marco-a-abril.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 12 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150312.shtml>>. Acesso em 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 13 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150313.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 14 mar. 2015 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/index-20150314.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

ices/index-20150314.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 15 mar. 2015. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150315.shtml> >. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 16 mar. 2016. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150316.shtml> >. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 17 mar. 2016. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150317.shtml> >. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 18 mar. 2016. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150318.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 09 abr. 2016. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150409.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 10 abr. 2016. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ind>

ices/index-20150410.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 11 abr. 2016. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150411.shtml> >. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 12 abr. 2016. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150412.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 13 abr. 2016. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150413.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 14 abr. 2016. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150414.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Edição completa*. 15 abr. 2016. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150415.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *De março a abril*. 2015. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaao/215851-de-marco-a->

abril.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2016.

GASPARI, H. *O novo mito dos movimentos*. 2015a. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/216010-o-novo-mito-dos-movimentos.shtml> >. Acesso em: 06 jun. 2016.

GASPARI, H. *Começou o terceiro mandato da doutora*. 2015b. Disponível em
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215686-comecou-o-terceiro-mandato-da-doutora.shtml> > Acesso em: 10 jun 2016.

GREGOLIN, M. do R.; BARONAS, R. (Orgs.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

HERSCOVITZ, H. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 123-142.

MAGALHÃES, V. *O risco da renúncia de fato*. 09 abr. 2015. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/coluna/veramagalhaes/2015/04/1614141-o-risco-da-renuncia-de-fato.shtml>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

MIÈGE, B. *O Pensamento comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOSCO, V. *The Political Economy of Communication*. 2. ed. London: Sage Publications, 1996.

MORAES, D. Hegemonia cultural, comunicação e poder: notas sobre a contribuição gramsciana. In: BRITTOS, V. (Org.). *Economia política da comunicação: estratégias e desafios no capitalismo global*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008. p. 17-28.

NEVES, A. *Cem dias*. 13 abr. 2015. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/215771-100-dias.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.

SOUZA, J. *Ralé Brasileira – quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. *A radiografia do golpe: entenda como e por quê você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). *Handbook of qualitative research*. London: Sage, 2000. p. 435-454.

UNESCO. *Cultural industries: a challenge for the future of culture*. Paris: UNESCO, 1982.

WASKO, J. Estudando a Economia Política dos Media e da Informação. In: *SOUZA, H. (Org.). Comunicação, Economia e Poder*. Porto: Porto Editora, 2006. p. 29-53.

ZALLO, R. *Economía de la comunicación y la cultura*. Madrid: Ediciones Akal, 1988.

Recebido em: 31 de julho de 2017
Revisões requeridas: 06 de setembro de 2017
Aceito em: 09 de outubro de 2017

¹ Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/10/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 27 jul. 2015.